

# JOURNAL OF DEMOCRACY EM PORTUGUÊS

*Volume 7, Número 1, Maio de 2018*

## **O lado obscuro da globalização**

*Oliver Bullough*

## **Lavando dinheiro e limpando reputações**

*Alexander Cooley, John Heathershaw e J.C. Sharman*

## **Um réquiem para os partidos? Sistema partidário no Brasil, daqui para o futuro**

*Bruno P. W. Reis*

## **Da libertação à desordem: redes sociais e democracia**

*Joshua A. Tucker, Yannis Theocharis, Margaret E. Roberts e  
Pablo Barberá*

## **A corrosão das normas e a desconsolidação democrática**

*Paul Howe*

**PLATAFORMA  
DEMOCRÁTICA**  
FUNDAÇÃO FHC  
CENTRO EDELSTEIN



**CONSELHO EDITORIAL**

*Bernardo Sorj*

*Sergio Fausto*

*Diego Abente Brun*

*Mirian Kornblith*

**CONSELHO ASSESSOR**

*Fernando Henrique Cardoso*

*Larry Diamond*

*Marc F. Plattner*

*Simon Schwartzman*

**TRADUÇÃO**

*Fabio Storino*

**REVISÃO TÉCNICA**

*Otávio Dias*

# Apresentação

Os cinco artigos desta edição se aprofundam em temas que estão inter-relacionados: corrupção em escala internacional, desgaste dos partidos políticos, erosão de valores democráticos e redes sociais como novo campo de batalha política. O fio nem sempre visível que conecta essas questões são mudanças tecnológicas e sociais disruptivas que colocam em xeque, para bem ou para mal, padrões econômicos, culturais e políticos predominantes na segunda metade do século 20.

Os temas abordados se referem, portanto, a aspectos de um mundo em profunda mudança, do qual o Brasil faz parte. Um mundo com perguntas desafiantes: como dar combate eficaz à lavagem internacional de ativos, revitalizar a democracia e os valores a ela associados, transformar as redes sociais em um espaço de exercício da cultura cívica, etc. Os artigos aqui reunidos não oferecem todas as respostas, é claro, mas contribuem para o entendimento desses desafios, que interpelam governos, empresas, imprensa, partidos, organizações civis e cidadãos em todas as sociedades que são ou pretendem ser democráticas.

## Cleptocracia e finanças ‘offshore’

No artigo de abertura, o jornalista britânico Oliver Bullough, que viveu e trabalhou vários anos na Rússia e se especializou no tema da corrupção, defende a ideia de que a “essência da cleptocracia é que ela é globalizada, pois não está confinada por fronteiras nacionais.”

Bullough explica como, nas décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial, bancos da City de Londres encontraram uma brecha no acordo de Bretton Woods (1944), que regulou o sistema financeiro internacional no pós-guerra, e começaram a realizar transações (financeiras) apelidadas de “offshore”. Com os novos canais financeiros abertos pelas transações *offshore*, que incluem empresas de fachada, trusts,

fundações e sociedades limitadas em paraísos fiscais, “os limites do possível (para políticos corruptos, criminosos em geral, sonegadores de impostos e até mesmo refugiados endinheirados) se expandiram radicalmente”.

“Foi isso que alavancou e nos trouxe o lado obscuro da globalização: a cleptocracia”, conclui o autor, para quem o “mundo nunca será capaz de eliminar a corrupção, mas combater a cleptocracia é urgente e possível”. No final do texto, o autor propõe uma campanha global para coordenar as respostas de diferentes países e garantir que novas regulações acabem com as brechas legais existentes.

### **‘Sociedade incivil transnacional’**

O segundo artigo, assinado por três acadêmicos dos EUA e da Europa, mostra como cleptocratas utilizam agentes (banqueiros, corretores imobiliários, advogados, gestores de ativos e relações públicas), serviços e instituições da globalização (ONGs e até mesmo universidades) não apenas para assegurar seu patrimônio de origem ilícita como também para limpar suas reputações.

“Movimentar e investir o dinheiro de maneira transnacional é o primeiro mandamento do cleptocrata moderno, mas limpar a reputação também é importante. Por isso, eles promovem agressivas campanhas de relações públicas e se valem até mesmo do apoio a atividades filantrópicas para vender uma imagem de cidadãos globais engajados”, escrevem. Segundo os autores, esses esforços deram origem a uma “sociedade incivil transnacional”. “Infelizmente, no atual momento o equilíbrio global entre a sociedade civil transnacional e sua contraparte mais sombria parece pender para esta última”, dizem.

E, apesar de uma série de tratados e acordos internacionais de combate à corrupção transnacional ter entrado em vigor nas últimas décadas, apenas recentemente analistas começaram a se dar conta da geografia global da lavagem de dinheiro. Estimativas do total de riqueza

depositada em empresas “offshore” chegam a 8% do PIB global. Em 2016, a divulgação dos *Panama Papers* revelou a escala industrial do uso de empresas “offshore” de fachada e a complexidade de suas estruturas e redes. O mercado de imóveis de luxo é outra forma de investir dinheiro ilícito ou de origem duvidosa.

“Fechar as brechas do regime global de combate à lavagem de dinheiro exigirá que países do mundo inteiro criem registros nacionais de beneficiários e proprietários de empresas, com o objetivo de criar um banco de dados global que possa ser facilmente consultado”, concluem os professores.

### **Partidos obsoletos: ambiente propício à corrupção**

No terceiro artigo, o cientista político brasileiro Bruno Reis P. W. Reis (Universidade Federal de Minas Gerais) constata que a identificação do eleitorado com os partidos políticos está em queda no mundo todo, devido a fenômenos como a impotência dos governos nacionais diante da globalização e das mudanças tecnológicas, o crescente ativismo virtual e, em países como o Brasil, os recorrentes escândalos de corrupção.

Mas, segundo o autor, mesmo que os partidos estejam se tornando obsoletos, isto não significa que a democracia funcione melhor sem eles. Na verdade, argumenta, seu enfraquecimento pode tornar o ambiente político ainda mais propício à corrupção. “Como o noticiário sobre corrupção, mundo afora, invariavelmente implica fortemente as estruturas dos principais partidos, hoje largas fatias de opinião se inclinam (e não apenas no Brasil) a se livrarem deles”, escreve.

“Nada é tão simples, porém. Na falta de partidos fortes, a influência econômica se dá de maneira muito mais desimpedida mediante ação direta de interesses econômicos junto às esferas decisórias burocráticas. Sem partidos, ou com partidos fracos, fica bem mais barato comprar decisões políticas”, continua.

Para o autor, o desafio reside em criar um sistema minimamente eficaz para proteger a representação política contra o assédio do poder econômico (e vice-versa). No decorrer do texto, Reis manifesta dúvida em relação a propostas supostamente inovadoras como candidaturas avulsas e critica a desqualificação mútua entre PT e PSDB, ambos protagonistas do que ele chama de “mais estável e produtivo período da história política do Brasil”. “Acima de tudo, (ela) não ajuda PT e PSDB a exercerem seu papel institucional. Ambos os partidos têm o direito de cultivarem e até de exacerbarem suas diferenças ao sabor de suas disputas. Mas serviriam melhor ao país se parassem de se referir um ao outro como o bando de criminosos que ambos sabem que o outro não é”, conclui.

### **Redes sociais: tecnologia libertadora e ameaça à democracia**

No quarto artigo, quatro professores e pesquisadores norte-americanos e europeus analisam como as redes sociais podem ser, ao mesmo tempo, uma tecnologia libertadora em sociedades não (ou menos) democráticas, uma tecnologia útil a governos autoritários determinados a calar seus críticos e uma tecnologia que empodera aqueles que buscam enfrentar o status quo em sociedades democráticas — incluindo grupos extremistas que antes tinham mais dificuldade em se fazer ouvir.

Segundo os autores, a resposta ao desafio de como (e se) governos de países democráticos deveriam monitorar ou regulamentar as plataformas de redes sociais é ainda mais difícil quando elas são usadas por grupos de cidadãos descontentes para empreender ações voltadas ao enfraquecimento da democracia e das normas democráticas.

“Tal como essas (novas) tecnologias criaram problemas para regimes autocráticos, o sucesso das redes sociais alimentou a instabilidade política nas democracias. (O virtual) tornou-se um espaço de todos, e um campo de batalha política inteiramente novo surgiu”, dizem.

“Deveriam (ou conseguiriam) os governos democráticos fazer algo a respeito disso e, se sim, o quê? Regulamentar a liberdade expressão online? Tentativas nesse sentido aumentam ou diminuem o apoio a normas democráticas?”, perguntam.

## **Mal-estar social e sentimento antidemocrático**

No artigo que encerra esta edição, o cientista político canadense Paul Howe parte de outro artigo já publicado pelo *Journal of Democracy em Português* (“A desconexão democrática”, de Roberto Stefan Foa e Yascha Mounk, Volume 5, nº 2, Outubro de 2016) para desenvolver sua visão sobre as possíveis razões da ascensão de um sentimento antidemocrático em alguns países do mundo, inclusive nos Estados Unidos.

“Foa e Mounk parecem partir da premissa de que estamos assistindo aos efeitos do descontentamento generalizado com a operação do sistema democrático, incluindo os principais partidos políticos, legislaturas, presidentes, primeiros ministros (...) Enquanto isso, os partidos populistas prometem ações decisivas em favor do interesse das pessoas. Resumindo: melhorem a maneira pela qual a democracia funciona, e a confiança no sistema se restabelecerá. Mas essa visão é incorreta, ou no mínimo incompleta”, diz Howe.

Segundo ele, dados da *World Values Survey* (pesquisa sobre valores mundiais, em tradução livre) coletados nos EUA sugerem que (esse fenômeno) tem menos a ver com disfunções na arena política do que com mudanças corrosivas que redefiniram o panorama sociocultural norte-americano de maneira mais geral. Para o cientista político, nas últimas décadas testemunhou-se nos EUA uma transformação social e cultural de natureza geracional com origem em uma erosão de normas e valores básicos que conectam pessoas à sociedade e ao bem comum.

“O desafio, portanto, não é apenas trazer as pessoas de volta para a política democrática, mas trazê-las de volta para o contrato social —

para um sentimento de que elas pertencem a uma sociedade na qual princípios básicos essenciais para se viver em sociedade deveriam ser respeitados e celebrados”, afirma o canadense.

São, de fato, grandes desafios diante de todas as sociedades.

Boa leitura.

Bernardo Sorj e Sergio Fausto

*Diretores de Plataforma Democrática*



# Da libertação à desordem: redes sociais e democracia

*Joshua A. Tucker, Yannis Theocharis, Margaret E. Roberts e Pablo Barberá*

**Joshua A. Tucker** é professor de política e cofundador e codiretor do laboratório *Social Media and Political Participation (SMaPP)* da Universidade de Nova York. **Yannis Theocharis** é pesquisador visitante do *Manheim Center for European Social Research (MZES)*. **Margaret E. Roberts** é professora assistente de ciência política da Universidade da Califórnia em San Diego. **Pablo Barberá** é professor assistente da Escola de Relações Internacionais da Universidade do Sul da Califórnia. Todos os autores contribuíram igualmente e estão listados em ordem alfabética invertida. Parte desse ensaio vale-se das ideias do próximo livro de Roberts, *Censored: Distraction and Diversion Inside China's Great Firewall [Censurado: distração e digressão dentro do grande firewall da China]* (Princeton University Press).

**E**m 2010, a revista *Time* escolheu Mark Zuckerberg como “Pessoa do Ano”. De acordo com o semanário, ele havia transformado “o mundo solitário e antissocial da aleatoriedade em um mundo amigável, um mundo serendipitoso” por meio de sua amplamente popular plataforma de rede social Facebook.<sup>1</sup> Um ano depois, o perfil de Zuckerberg na *Time* foi substituído pela figura do “protestante” como Pessoa do

\* Publicado originalmente como “From Liberation to Turmoil: Social Media and Democracy”, *Journal of Democracy* Volume 28, Number 4 October 2017 © 2017 National Endowment for Democracy and Johns Hopkins University Press

Ano. Essa figura representava aqueles que haviam publicamente manifestado discordância — frequentemente organizando-se via Facebook ou Twitter — de governos autoritários em Bahrein, Egito, Líbia, Síria, Tunísia e Iêmen, bem como aqueles que tomaram as ruas por meses contra o desemprego, a austeridade fiscal e a desigualdade em países democráticos como Grécia, Espanha e Estados Unidos.

Seis anos mais tarde, a Pessoa do Ano da *Time* foi o presidente dos Estados Unidos, Donald J. Trump. O presidente respondeu ao anúncio por meio de seu canal de comunicação favorito, o Twitter: “agradeço à revista Time e ao Financial Times por me nomearem ‘Pessoa do Ano’ — que grande honra!”.<sup>2</sup> O Twitter era um meio especialmente apropriado para sua resposta, dado o imenso papel supostamente desempenhado pela rede social nas eleições americanas de 2016. De fato, a importância das redes sociais naquelas eleições havia chegado a tal ponto que um procurador especial foi nomeado e montou uma equipe “formada por promotores e agentes do FBI bem equipados para investigar os *bots* do Twitter e *trolls* do Facebook ligados a Moscou que inundaram as redes sociais com manchetes relacionadas à campanha e impulsionaram a candidatura de Trump”.<sup>3</sup> Em outras palavras, em apenas cinco anos as redes sociais passaram — ao menos no imaginário popular — de uma maneira de forças pró-democráticas combaterem autocratas para uma ferramenta de atores externos para atacar as democracias.

A tecnologia das redes sociais ainda é nova, mas já desempenhou um papel em inúmeros e turbulentos protestos e em uma eleição americana altamente polarizada. As redes sociais costumam ser descritas como o espaço para o conflito entre “boas” forças democráticas, que usam as redes sociais para fazer suas vozes serem ouvidas, e forças autocráticas e repressivas “ruins”, que buscam censurar esse canal para silenciar esses elementos liberais. Entretanto, preocupações re-

centes de que forças iliberais e extremistas poderiam usar o mundo livre da comunicação online para minar a democracia transformaram a discussão sobre as redes sociais. Após as eleições americanas de 2016, até mesmo lideranças democráticas pediram maior “regulação” da internet. Nesse sentido, elas fizeram coro — pelo menos até certo ponto — com a retórica autoritária que promove censura e “controle da opinião pública”.<sup>4</sup>

Há algum arcabouço teórico ligando as redes sociais e a política que possa lançar luz sobre essas reviravoltas e contradições? Entendemos que sim. Começemos por duas simples observações. Primeiro, as redes sociais dão voz às pessoas cujas visões estão normalmente excluídas das discussões políticas na mídia tradicional. Com as redes sociais, as pessoas conseguem encontrar pessoas que compartilham das mesmas opiniões, organizar protestos e movimentos e apoiar candidatos e partidos políticos. Resumindo, as redes sociais resolvem problemas de ação coletiva que há muito atormentam aqueles tradicionalmente excluídos da política tradicional. Isso inclui forças pró-democráticas, claro. As redes sociais podem lhes oferecer novos meios de responsabilizar governos e pressionar por maior inclusão política; por isso se falava no início de uma “tecnologia libertadora” como uma característica da era digital. No entanto, as redes sociais também podem, obviamente, amplificar outras vozes mais extremas, incluindo aquelas que, do ponto de vista da democracia liberal, são “antissistema”.

Em segundo lugar, e de maneira não intuitiva, a própria abertura oferecida pelo ambiente das redes sociais pode ser usada para promover a censura: as plataformas de liberdade de informação podem ser exploradas para silenciar outros. Até o momento, essas atividades foram mais visíveis nas respostas de regimes não democráticos às atividades online antirregime. Censores autoritários agora sabem como fazer uso de assédio online, propaganda, distração e ataques de

negação de serviço (DoS) para silenciar críticos e fechar ou distorcer o espaço informacional. Para complicar a situação, forças iliberais e antissistema *de dentro* de regimes democráticos aprenderam a usar esses métodos autoritários para explorar plataformas abertas. Portanto, as estratégias de rede social inauguradas por não democracias para fins autoritários agora afetam a vida política nas democracias do mundo. A questão de como as democracias deveriam reagir a esse novo desafio tecnológico permanece em aberto.

Essa dupla realidade do mundo online aberto — capaz de dar voz aos que não têm voz, mas também sujeita a censura e exclusão — explica por que ideias sobre as redes sociais podem ser tanto otimistas quanto (como tem sido mais o caso recentemente) pessimistas no que se refere às implicações para a democracia.<sup>5</sup> O cerne da questão é que, embora a liberdade de informação online seja um princípio inerentemente democrático, as redes sociais não são inerentemente democráticas ou antidemocráticas. Constituem, sim, um espaço no qual interesses políticos lutam por influência, e nem todos esses interesses são liberais ou democráticos.

Esse simples arcabouço teórico explica como as redes sociais podem ser, ao mesmo tempo, uma tecnologia libertadora, uma tecnologia útil a governos autoritários determinados a calar críticos e uma tecnologia para o empoderamento daqueles que buscam enfrentar o status quo em sociedades democráticas — incluindo grupos extremistas previamente marginalizados. Deve-se fazer duas ressalvas, no entanto. Primeiro, embora consideremos que tenha havido uma evolução histórica no uso das redes sociais — os democratas aproveitaram as redes sociais para opor-se ao autoritarismo; os regimes autoritários responderam criando seu próprio “jogo online”; então forças antissistema em democracias começaram a copiar os novos métodos autoritários —, por ora, é melhor tratarmos essa sequência como uma hipótese a ser testada e não como um fato dado. Segundo, embora

foquemos nas maneiras pelas quais as redes sociais dão voz a atores democráticos em sistemas não democráticos e a atores antissistemas em sistemas democráticos, nosso argumento geral é que a rede social deu voz a grupos marginalizados. Isso também pode incluir grupos que apoiam o regime; em outras palavras, as redes sociais podem ser úteis a vozes pró-democráticas em democracias e vozes antidemocráticas em autocracias.

### **Uma nova esperança: tecnologia libertadora**

As redes sociais transformaram a maneira pela qual interagimos, comunicamos e consumimos muitos tipos de informação, incluindo informações políticas. No jargão tecnológico, formam um conjunto de aplicativos Web 2.0 que permitem a criação e distribuição de conteúdo gerado pelo usuário (como texto, fotos e vídeos) de maneira instantânea e entre várias redes de usuários. Diferentemente de tecnologias anteriores mediadas pelo computador, as redes sociais permitem que os usuários se tornem produtores ativos de conteúdo (em vez de meramente consumidores) ao mesmo tempo em que articulam e tornam visíveis suas conexões com outros indivíduos com os quais interagem e colaboram. As redes sociais transformaram a estrutura da comunicação ao permitir que usuários individuais disseminem informações. Isso cria uma estrutura de comunicação de “muitos para muitos” que difere da estrutura tradicional de “um para muitos”, que permite que apenas alguns poucos usuários (várias elites e a mídia tradicional) circulem informação ao público mais amplo. Essa estrutura de “muitos para muitos” possibilita a coordenação entre indivíduos e permite que mensagens e conteúdo enviados por essas plataformas “viralizem” — ou seja, se espalhem de maneira horizontal em redes ponto-a-ponto quase em tempo real.<sup>6</sup>

Essas novas características ressaltam o que faz das redes sociais uma ferramenta tão poderosa tanto dentro como fora do âmbito das

instituições. Primeiro, cerca de dois bilhões de pessoas, ou mais de um quarto da população mundial, frequentam as redes sociais, que estão rapidamente se tornando a principal fonte pela qual as pessoas obtêm informações. De acordo com dados do Pew Research Center, 62% dos adultos americanos obtêm suas notícias via redes sociais, enquanto o *Reuters Institute Digital News Report* de 2016 mostra que 46% dos europeus usam as redes sociais para obter notícias.<sup>7</sup> Ademais, há evidências de que as redes sociais possam produzir um público mais bem informado e aumentar a exposição a visões políticas distintas.<sup>8</sup>

Quando o mal-estar social ameaça regimes não democráticos, a capacidade das redes sociais de disponibilizar informações é ressaltada. Jornalistas internacionais, pessoas “na linha de frente”, atores regionais e globais influentes e leitores comuns podem se conectar por meio das redes sociais. A Primavera Árabe é um exemplo comumente citado de como as redes sociais podem tornar os marginalizados conhecidos da noite para o dia. Durante o Movimento Verde do Irã de 2009, as redes sociais serviram de meio de comunicação dos manifestantes e chamaram a atenção da mídia internacional para os abusos de poder da República Islâmica a despeito da censura pesada e da repressão do regime à internet. As redes sociais interligaram eleitores que se sentiram enganados, jovens descontentes e manifestantes agredidos, criando sérias dificuldades ao regime.<sup>9</sup>

A natureza “muitos para muitos” das redes sociais possibilita coordenar a ação coletiva de maneiras que reforçam a participação em sociedades democráticas, inclusive na falta de organizações formais. Histórias pessoais e imagens disseminadas pelas redes sociais podem ser poderosos instrumentos de mobilização. Pesquisa empírica sobre os efeitos mobilizadores do Facebook durante as eleições demonstrou que a exibição de mensagens no mural dos usuários pode influenciar diretamente a expressão política, a busca por informações e o comportamento dos eleitores.<sup>10</sup> Estudos sobre o movimento Indignados, na

Espanha, concluíram que, mesmo desconsiderando os usuários mais influentes e as informações por eles disseminadas, o grande número de usuários ativistas e comuns envolvidos no ativismo de baixo custo das redes sociais possibilita atingir uma audiência ampla.<sup>11</sup> De maneira relacionada, ao tornar disponível novas e expressivas formas de participação no processo político, as redes sociais tornaram-se importantes para facilitar a difusão de mensagens de grupos de usuários altamente comprometidos entre diversas redes e direcionadas a participantes menos engajados que ajudam a aumentar a magnitude da mobilização online por meio da “microparticipação”.<sup>12</sup> Isso pode levar a um aumento da atenção do público e da imprensa — como exemplificado pela emergência dos movimentos Tea Party e Black Lives Matter —, bem como a possibilidade de mobilização offline, exemplificada pelos protestos da Primavera Árabe, Occupy Wall Street e o 15-M na Espanha.

Portanto, as redes sociais têm o potencial de auxiliar movimentos democráticos na disseminação de informações, na mobilização para participação e na facilitação da ação coletiva. Em resumo, as redes sociais democratizam o acesso a ferramentas de informação e comunicação. Grupos que normalmente seriam censurados ou silenciados conseguem alcançar a massa e obrigar as elites poderosas a prestar contas.

À medida que se tornam mais evidentes as potenciais vantagens e benefícios das redes sociais para aqueles que buscam avançar a democracia, no entanto, o mesmo ocorre com seus malefícios. Embora essas plataformas claramente possibilitem que indivíduos diferentes e antes desconectados organizem protestos instantâneos, não está claro que eles possam pressionar as elites de maneira sustentada, uma condição essencial não apenas para o processo de construção da democracia como também para manter determinados assuntos na agenda pública. A diferença entre esses resultados, ademais, pode ser exatamente as organizações hierárquicas das quais as redes sociais conseguem pres-

cindir tão bem. Sem tais organizações, o ativismo democrático possibilitado pela internet pode se tornar fogo de palha, provendo um pouco de luz e calor e rapidamente se apagando, sem produzir efeitos duradouros. No entanto, isso também pode acontecer porque os governos podem se aproveitar da internet para minar o potencial de gerar mudanças de longo prazo. É essa perspectiva que abordaremos a seguir.

## **O império contra-ataca: tecnologia repressiva**

A resistência ao potencial democrático das redes sociais sempre foi inevitável. Governos ameaçados por tentativas de responsabilização procurariam maneiras de resistir. Como alguns observaram anteriormente, regimes autocráticos rapidamente se adaptaram para limitar o impacto dessa nova tecnologia.<sup>13</sup> Muitas das ferramentas que eles usam para isso são estratégias de censura conhecidas — desenvolvidas *offline* há muito tempo, mas agora aplicadas online — visando silenciar a oposição ao autoritarismo. Outras, no entanto, são novas e específicas ao mundo das redes sociais, incluindo táticas desenvolvidas para explorar a natureza “muitos para muitos” da internet de maneiras que amplificam as mensagens do regime e silenciam as da oposição. Todas as ferramentas, velhas e novas, podem ser separadas em três categorias que Margaret Roberts, em seu novo livro, chama de “os três ‘F’”. Há o medo (*fear*), que é a força dissuasora por trás da censura. Há o atrito (*friction*), que é a censura que retarda. E há a saturação (*flooding*), que é a censura que distrai ou confunde.<sup>14</sup>

Primeiro, os autocratas podem visar limitar o ativismo online intimidando ou prendendo (ou algo ainda pior) aqueles que usam as plataformas online para promover a discordância e a oposição. Táticas de “medo” são parte da ferramenta tradicional autocrática, destinada a fazer com que aqueles com inclinação a falar optem por se calar. De acordo com o Comitê para a Proteção dos Jornalistas, 259 jornalistas encontravam-se presos em todo o mundo em dezembro de



2016.<sup>15</sup> Muitos desses jornalistas publicaram matérias online lidando com questões como desigualdade, protestos e corrupção — todos “tópicos proibidos” aos olhos dos detentores do poder que não querem ser responsabilizados. Exemplos também abundam de governos que perseguem cidadãos comuns que usaram plataformas online para disseminar informações que governos não querem que sejam divulgadas. Embora não haja uma contagem de blogueiros presos, uma busca no Google News por “blogueiro preso” retorna milhares de resultados. Nas mãos dos Estados, o poder de rastreamento digital da internet tornou os inimigos do regime fáceis de se identificar e capturar.

No entanto, mesmo levando em conta tudo isso, a internet expandiu de maneira tão dramática o número e tipos de pessoas que participam da esfera pública que formas tradicionais de repressão estão se tornando muito custosas para os regimes autoritários. Apenas em alguns regimes totalitários é possível manter todas ou quase todas as pessoas paralisadas pelo medo; na maior parte das autocracias, o medo onipresente pode produzir reações e mesmo problemas para a coleta de informações e para a inovação.<sup>16</sup> Portanto, os autocratas criaram táticas mais discretas de “atrito” para usar contra a internet. Entre elas estão sofisticados sistemas de bloqueio como o infame “grande firewall da China”, redução de velocidade ou interrupção da internet, remoções cirúrgicas de posts das redes sociais e manipulações de algoritmo de resultados de busca para suprimir informações das quais os autocratas não gostem. Em muitos casos, os usuários das redes sociais nem mesmo percebem que estão sendo afetados por tal censura, tornando quase impossível evitá-la ou combatê-la.<sup>17</sup>

Embora autocratas possam usar tecnologias repressivas para limitar a liberdade de expressão online, os mesmos regimes também podem manipular a natureza livre e aberta das redes sociais a seu favor. A batalha pelo espaço das redes sociais é vencida por aqueles capazes de fazer com que seu conteúdo se destaque em relação aos demais.

Reconhecendo isso, regimes autoritários se aproveitaram do fato de que qualquer um pode postar conteúdo nas redes sociais para promover temas de interesse do regime e fazer com que as mensagens dos oponentes ao regime se percam no meio da avalanche de conteúdo. Isso é “saturação”.

Por exemplo, governos autoritários podem pagar pessoas para postarem mensagens em horários estrategicamente programados nas redes sociais. Também podem usar *bots* automatizados para promover propaganda do governo ou inundar as *hashtags* usadas em protestos contra o regime. Esse exército online de humanos e *bots* podem promover a agenda do regime ou solapar a oposição ao criar distrações. Também podem disseminar informações falsas para confundir as pessoas e reduzir a utilidade das informações online, ou podem perseguir opositores ao regime online.<sup>18</sup>

Campanhas online coordenadas pelo governo para disseminar propaganda ou silenciar os críticos são, ao mesmo tempo, formas de participação e de censura. A natureza aberta da internet permitiu aos opositores do regime — aliados da mídia estatal e da grande imprensa — tornar públicas suas visões e organizar ações políticas. Por sua vez, governos autoritários então tentaram reagir organizando suas próprias campanhas online de massa. Que algo essencialmente liberal como a internet, com sua natureza aberta, possa ser usada para censurar e promover valores iliberais é um paradoxo tanto para acadêmicos quanto para formuladores de políticas públicas. Como os perigos representados pelas “fazendas de cliques”<sup>1</sup> para os mecanismos de busca e pelos comentários falsos para os sites de avaliação de estabelecimentos comerciais, o surgimento de informações políticas pseudônimas ameaça o já frágil status das redes sociais enquanto arena legítima de delibera-

---

1 “Fazendas de cliques” (*click farms*), que geram curtidas e cliques falsos (de maneira manual ou automatizada), são uma estratégia para inflar artificialmente a popularidade de um site e aumentar sua posição nos mecanismos de busca. (N. T.)

ção pública. A estratégia de saturação como forma de censura é, portanto, uma ferramenta política particularmente importante e pode ser usada de maneira mais abrangente do que apenas por atores estatais buscando minar a discussão e a participação política mais ampla e em seus respectivos países.

## O retorno das forças antissistema: tecnologia tumultuosa

Como vimos, a mesma infraestrutura que pode empoderar a oposição democrática também pode ser usada para fins autoritários. As táticas inauguradas por regimes autoritários, no entanto, também estão disponíveis a grupos que operam em sociedades democráticas para fins liberais. O mesmo mecanismo que desempenhou papel bastante importante na Primavera Árabe — a capacidade das redes sociais de dar voz a quem não tinha — agora empodera grupos que se encontram às margens e os possibilita contestar valores democráticos fundamentais. Talvez o exemplo mais claro disso é a maneira como grupos terroristas como o Estado Islâmico abraçaram as redes sociais como seu principal canal de comunicação — para recrutar combatentes estrangeiros, para coordenar ataques e para amplificar suas atividades atingindo uma vasta audiência internacional.<sup>19</sup>

Mas essa tendência não está limitada a grupos estrangeiros. Como observam Alice Marwick e Rebecca Lewis, “embora *trolls*, nacionalistas brancos, ativistas dos direitos masculinos, *gamergaters*,<sup>2</sup> a ‘alt-right’ e teóricos da conspiração possam divergir profundamente em relação a suas crenças, eles usam as mesmas táticas e convergem em temas comuns”.<sup>20</sup> Obviamente, há muitas razões para o recente aumento na visibilidade desses grupos, mas a ascensão das redes sociais

---

2 “Gamergate” refere-se à controvérsia em torno do sexismo na comunidade de videogames. (N. T.)

sem dúvida permitiu a pessoas com visões menos populares em suas próprias comunidades encontrar outras que compartilhem dessas visões em outras localidades e formar comunidades mais amplas do que seria possível antes da era digital.

Ao mesmo tempo, enquanto jornalistas e a imprensa tradicional veem seu papel de apuradores e curadores de informações diminuir, ideias mais controversas circulam sem direito a contraditório; elas podem ser impulsionadas por características dos algoritmos das plataformas online que incentivam manchetes apelativas e mensagens com cunho emocional e se propagam amplamente com a ajuda de *trolls* e *bots* contratados para atingir uma parcela mais ampla da população. Assim, atores antissistema em democracias podem não somente usar as lições aprendidas por aqueles que primeiro souberam aproveitar as redes sociais para movimentos pró-democracia em países mais autoritários, como também usar as mesmas ferramentas (como *trolls* e *bots*) desenvolvidas por regimes autoritários para se contrapor a movimentos democráticos. De fato, como foi sugerido por alguns, movimentos antissistema em democracias podem *literalmente* estar usando as mesmas ferramentas — como redes de *bots* (*botnets*) — desenvolvidas por regimes autoritários para combater seus próprios inimigos online.<sup>21</sup> Essa nova situação pode ter pego alguns sistemas políticos democráticos de surpresa da mesma maneira que as redes sociais surpreenderam regimes não democráticos no início da década.

Como se observou, as redes sociais podem dar voz a qualquer pessoa cujas atitudes e crenças possam ter sido tradicionalmente consideradas pouco convencionais. Isso inclui forças antissistema que buscam ativamente minar a democracia liberal, mas também grupos políticos cujo objetivo é transformar a política democrática para reduzir a desigualdade econômica e política. Embora nem todos esses grupos expressem abertamente hostilidade em relação à democracia liberal, um fio comum é sua disposição para dar visibilidade a prefe-

rências políticas anteriormente consideradas inaceitáveis ou indignas de atenção por parte de políticos, partidos e órgãos de imprensa.

A emergência quase simultânea de partidos populistas à direita e à esquerda na Europa, a plataforma anti-imigração e protecionista eleitoralmente bem-sucedida de Donald Trump nos Estados Unidos e de movimentos contrários à desigualdade socioeconômica (como Occupy Wall Street, nos Estados Unidos, e o movimento Indignados, na Espanha) reforçam a crescente importância das redes sociais em sistemas democráticos. Que fique claro: *não* estamos afirmando que as redes sociais possam explicar a recente ascensão do populismo. Mas os populistas certamente viram nas plataformas online uma ferramenta útil para que suas vozes, antes marginalizadas, aumentassem de volume sob as novas regras da era digital. Essas regras estão transformando a política democrática de duas maneiras importantes.

Primeiro, as campanhas e movimentos dessa nova espécie aprenderam não apenas com seus velhos padrões de uso ao longo dos anos, mas *especialmente* com as práticas de difusão e mobilização de campanhas eleitorais em democracias. Nos Estados Unidos, campanhas pioneiras nas redes sociais de políticos do Partido Democrata como Howard Dean e Barack Obama tiveram grande impacto em relação a como as tecnologias de informação e comunicação foram usadas para conquistar o público.<sup>22</sup> Pelo menos desde a vitória de Obama em 2008, atores tanto de dentro como de fora da arena eleitoral tomaram nota dos usos políticos inovadores das redes sociais e aprenderam a reinventar seus métodos de aproximação do público. O que antes era um domínio exclusivo principalmente dos políticos mais jovens e tecnologicamente experientes tornou-se agora um espaço de todos, e um campo de batalha política inteiramente novo surgiu.

Uma segunda maneira pela qual as redes sociais permitem àqueles que desafiam o status quo se beneficiar das novas regras é a brevidade que domina as trocas de informações nas redes sociais. Twitter, com

seu limite de 140 caracteres por tuíte, não é apenas inadequado para promover uma discussão nuançada, mas também pode ser usado para minar princípios básicos da esfera pública democrática.<sup>23</sup> Os *trolls* da internet normalmente não estão interessados em conversas com base em argumentos: seu objetivo é desencadear uma cascata de ofensas online que possam silenciar ou desmobilizar outros indivíduos ou figuras públicas ou criar distrações que mudem o foco de atenção dos usuários de internet para outras questões ou mensagens. As redes sociais foram alçadas a ferramentas poderosas nas mãos de candidatos e partidos populistas precisamente porque permitem a eles criar rapidamente espetáculos ao mesmo tempo em que evitam discussões nas quais eles aparentem “perder”. Por que participar de uma discussão quando você consegue toda a exposição que procura por meio de uma declaração polêmica?

Partidos de extrema direita na Europa são excelentes exemplos dessa tendência. O fundador do movimento anti-imigração alemão Pegida (a palavra é um acrônimo em alemão que significa Europeus Patrióticos Contra a Islamização do Ocidente) pareceu ter renunciado a sua posição de liderança após uma suposta imagem sua posando como Hitler ter sido publicada, mas foi reconduzido ao cargo pouco tempo depois.<sup>24</sup> O político holandês Geert Wilders, que rotineiramente causava indignação no Twitter ao chamar seus rivais de esquerda de “islamofascistas”, tuitou um mês antes das eleições de março de 2017 uma imagem adulterada do líder de um partido opositor no Congresso que o mostrava junto a manifestantes muçulmanos segurando faixas com mensagens como “O Islã vai conquistar a Europa” e “Xaria para os Países Baixos”.<sup>25</sup> Embora a maioria dos políticos holandeses tenham criticado Wilders por isso, isso manteve os holofotes da imprensa sobre ele por vários dias durante um período crítico das eleições, e seu partido acabou ficando em segundo lugar.

Embora esses usos das redes sociais por grupos antissistema em democracias sejam distintos e não possam ser descritos aqui em sua

totalidade, muitos se aproveitam dos mesmos mecanismos utilizados tanto por grupos democráticos como por regimes repressivos para aproveitar o poder das redes sociais. Por exemplo, a proliferação das informações falsas nas redes sociais segue a mesma lógica de disseminação entre redes e entre plataformas que permitiram aos manifestantes do Egito transformar suas histórias pessoais de violência e repressão em munição para a revolução. Exatamente porque os posts das redes sociais se espalham através de laços fracos e são apresentados em um contexto de indicações pessoais poderosas, as “*fake news*” (notícias falsas) são capazes de trafegar rapidamente entre redes sociais sem direito a contraditório. De maneira similar, técnicas para chamar a atenção usadas por regimes autoritários, como manchetes apelativas e resultados manipulados de mecanismos de busca, beneficiaram-se imensamente da rápida difusão. Esse processo pode se fortalecer com a exposição acidental (em oposição a “seletiva”) dos usuários a conteúdos compartilhados nas redes sociais. Tais conteúdos, mesmo que desalinhados com as crenças dos usuários, ao menos em alguns casos podem despertar sua curiosidade em situações nas quais eles normalmente não teriam se interessado pelo assunto.

## **O despertar da lei: restringindo as tecnologias?**

Tal como as tecnologias libertadoras criaram problemas para regimes autocráticos, o sucesso das redes sociais alimentou a instabilidade política nas democracias. Parte dessa instabilidade deve-se ao estilo mordaz e ordinariamente combativo dos debates livres em sociedades democráticas. Alguns, no entanto, recaem no âmbito do extremismo, ou até mesmo do extremismo violento. Deveriam (ou conseguiriam) os governos democráticos fazer algo a respeito disso e, se sim, o quê? Após os ataques terroristas na Torre de Londres em 3 de junho de 2017 — que matou 11 pessoas (incluindo os três terroristas) e feriu 48—, a ministra do Interior, Amber Rudd, atribuiu o ataque a “terro-

ristas islâmicos radicais”.<sup>26</sup> No mesmo dia, a primeira-ministra Theresa May defendeu o aumento da regulação da internet para “prevenir a disseminação do extremismo e o planejamento de ataques terroristas”.<sup>27</sup> Algumas semanas depois, antevendo as eleições parlamentares em setembro de 2017, o governo alemão aprovou uma lei impondo severas multas às empresas donas de plataformas de rede social que não removessem comentários e posts considerados racistas ou difamatórios (nas palavras do ministro da Justiça Heiko Maas, “obviamente ilegais”) no prazo de 24 horas.<sup>28</sup>

Essas decisões podem testar os limites da liberdade de expressão em sociedades democráticas e lançar luz sobre uma assimetria estrutural há muito existente entre regimes democráticos e não democráticos. Embora regimes autoritários possam tomar medidas descritas anteriormente para disseminar a discórdia nas redes sociais, a capacidade dos regimes democráticos de fazer o mesmo pode ser bem mais limitada: um Estado democrático não pode contratar *trolls*, mudar leis arbitrariamente ou começar a prender pessoas que apoiem ideias politicamente controversas com a mesma facilidade.

No entanto, a nova realidade levou *de fato* à tomada de medidas altamente controversas. Por exemplo, a similaridade entre a nova lei alemã e tentativas de “controle da opinião pública” em sociedades autocráticas levanta questões normativas preocupantes a respeito dessa infraestrutura regulatória e sua utilização por governos democráticos para fins de repressão, censura e vigilância. Ademais, a adoção quase imediata de uma cópia virtual da lei alemã pela Rússia de Vladimir Putin gerou fortes críticas por parte de organizações da sociedade civil. “Quando as principais nações democráticas criam legislações draconianas”, queixou-se a ONG Repórteres Sem Fronteiras, “elas dão ideias a regimes opressores”.<sup>29</sup>

Para complicar ainda mais, não está claro se os resultados esperados pelos governos que tomaram tais medidas são passíveis de serem



obtidos. Tarefas que podem parecer triviais a muitos — detectar *bots* ou *trolls* de internet, classificar conteúdo como verdadeiro ou falso e decidir o que é “obviamente ilegal” — são extremamente difíceis de se implementar. Também não está claro se tais tentativas serão bem-sucedidas. Esforços de apuração de informação podem gerar um efeito contrário,<sup>30</sup> e redes terroristas podem migrar para outras plataformas mais difíceis de serem monitoradas. Além disso, tentativas de regulamentar a liberdade de expressão podem enfrentar diversos tipos de dificuldades técnicas, como diferenciar cidadãos do país de atores estrangeiros — e até mesmo agências estrangeiras de inteligência — que não estão sujeitos às mesmas leis, sem contar o desafio de diferenciar os humanos das formas de inteligência artificial em constante evolução.

Dizer que esses acontecimentos colocam novos desafios a acadêmicos, formuladores de políticas públicas, empresas de redes sociais, tribunais e políticos é um eufemismo. Por mais difícil que seja responder a questões sobre como governos democráticos deveriam monitorar ou regulamentar as plataformas de redes sociais usadas por grupos terroristas, é ainda mais difícil quando reformulamos a questão em termos de grupos em sociedades democráticas que parecem estar usando as redes sociais para empreender ações voltadas ao enfraquecimento da democracia e das normas democráticas. Historicamente, diferentes países abordaram a questão de liberdade de expressão off-line de diferentes maneiras, mas qual a exequibilidade desse tipo de abordagem individual de cada país quando os efeitos dessa liberdade de expressão já não são mais limitados por fronteiras nacionais? De fato, a grande maioria dos posts das redes sociais (especialmente fora da China e da Rússia) em qualquer dia são publicados nas plataformas de empresas multinacionais gigantes como Twitter e Facebook e esses posts influenciam os rankings de busca mantidos pelo Google, outra empresa multinacional gigante.

As empresas têm um papel a desempenhar para garantir que suas plataformas não sejam usadas para fins de censura e perseguições? A contratação de um grande número de avaliadores de conteúdo pelo Facebook para enfrentar esses desafios, e a adoção pelo Google de “*machine learning*” (aprendizado de máquina) para ajudar a remover conteúdos extremistas sugerem que as empresas estão começando a reconhecer sua responsabilidade na luta contra a disseminação de ideias extremistas por meio das redes online.<sup>31</sup> Como elas deveriam reagir a pedidos governamentais de acesso a dados ou de remoção de contas específicas? Aqui a resposta pode estar no aumento da transparência de tais solicitações e num processo aprofundado de consulta à sociedade civil.

Por fim, há algo que os cidadãos possam fazer para apoiar a inclusão e a deliberação democrática online? Por exemplo, dada a importância das interações sociais na disseminação de informações, a apuração de notícias compartilhadas por seus laços sociais — ou seja, manifestar-se quando alguém de sua rede de contatos compartilha informações falsas — deveria ser considerada uma nova responsabilidade dos cidadãos? Embora esses tipos de medidas possam dar lugar a novas formas de reação (por exemplo, a exclusão de amigos das redes sociais), há muito acadêmicos argumentam que o ambiente colaborativo das redes sociais dá origem a novas noções de cidadania e engajamento político. De fato, algumas pessoas que estudaram o assunto estão cautelosamente otimistas de que cidadãos, especialmente os mais jovens, rejeitarão o consumo passivo de informações em favor de um engajamento mais crítico e perspicaz em relação ao mundo de afirmações e contra-argumentos que circulam pela internet.<sup>32</sup>

Essas questões e outras sugerem quão importante é refletir sobre as novas responsabilidades de governos, corporações e cidadãos na era digital. Os acadêmicos têm um papel a desempenhar aqui. Algumas das questões colocadas acima são normativas: *deveriam* os gover-

nos regulamentar a liberdade expressão online? Outras são práticas: podemos desenvolver algoritmos para identificar *bots* à medida que evoluem? Tentativas de regulamentar a liberdade de expressão online aumentam ou diminuem o apoio a normas democráticas? Ambos os tipos de questões colocam desafios. Nossa esperança é de que o quadro desenhado neste ensaio seja útil tanto para aqueles de dentro quanto de fora da academia ao enfrentarem o que o mundo da internet representa para a política, democrática ou não.

## Notas

1. Lev Grossman, “Person of the Year 2010: Mark Zuckerberg”. *Time*, 15 dez. 2010. Disponível em: <[http://content.time.com/time/specials/packages/article/0,28804,2036683\\_2037183,00.html](http://content.time.com/time/specials/packages/article/0,28804,2036683_2037183,00.html)>.

2. Donald Trump, “Thank you to Time Magazine and Financial Times for naming me ‘Person of the Year’—a great honor!”. *Twitter*, 15 dez. 2016. Disponível em: <<https://twitter.com/realdonaldtrump/status/809384826193276928>>.

3. Darren Samuelsohn, “Fake News Could Prove Vexing in Mueller Probe”. *Politico*, 11 jul. 2017. Disponível em: <[www.politico.com/story/2017/07/11/fake-news-robot-mueller-trump-240376](http://www.politico.com/story/2017/07/11/fake-news-robot-mueller-trump-240376)>. Sobre redes sociais e as eleições americanas de 2016, ver Nathaniel Persily, “The 2016 U.S. Election: Can Democracy Survive the Internet?”. *Journal of Democracy*, v. 28, n. 2 (abr. 2017), pp. 63-76. [Ed. bras.: “Conseguirá a Democracia Sobreviver à Internet?”. *Journal of Democracy em Português*, v. 5, n. 2, 2017. Disponível em: <<http://www.plataformademocratica.org/publicacoes#JournalDemocracy>>.] Sobre manipulação da mídia em democracias de maneira geral, ver Alice Marwick; Rebecca Lewis, “Media Manipulation and Disinformation Online”. *Data & Society Research Institute*, 2017. Disponível em: <[https://datasociety.net/pubs/oh/DataAndSociety\\_MediaManipulationAndDisinformationOnline.pdf](https://datasociety.net/pubs/oh/DataAndSociety_MediaManipulationAndDisinformationOnline.pdf)>.

4. Ver David Z. Morris, “U.K. Conservatives Want to Dramatically Increase Internet Regulation”. *Fortune*, 20 maio 2017. Disponível em: <<http://fortune.com/2017/05/20/u-k-election-internet-regulation>>; Catherine Cadell, “China Says Terrorism, Fake News Impel Greater Internet Curbs”. *Reuters*, 19 nov. 2016. Disponível em: <[www.reuters.com/article/us-china-internet-idUSKBN13F01K](http://www.reuters.com/article/us-china-internet-idUSKBN13F01K)>.

5. Blake Hounsell, “The Revolution Will Be Tweeted: Life in the Vanguard of the New Twitter Proletariat”. *Foreign Policy*, 20 jun. 2011. Disponível em: <[www.foreignpolicy.com/articles/2011/06/20/the\\_revolution\\_will\\_be\\_tweeted](http://www.foreignpolicy.com/articles/2011/06/20/the_revolution_will_be_tweeted)>; Vyacheslav W. Polonski, “Is Social Media Destroying Democracy?”. *Newsweek*, 5 ago. 2016. Disponível em: <[www.newsweek.com/socialmedia-destroying-democracy-487483](http://www.newsweek.com/socialmedia-destroying-democracy-487483)>; Nicholas Carr, “How Social Media Is Ruining Politics”. *Politico*, 2 set. 2015. Disponível em: <[www.politico.com/magazine/story/2015/09/2016-election-social-media-ruining-politics-213104](http://www.politico.com/magazine/story/2015/09/2016-election-social-media-ruining-politics-213104)>.

6. Larry Diamond, “Liberation Technology”. *Journal of Democracy*, v. 21, n. 3 (jul. 2010), pp. 69-83.

7. Jeffrey Gottfried; Elisa Shearer, “News Use Across Social Media Platforms 2016”. Pew Research Center, 26 maio 2016. Disponível em: <[www.journalism.org/2016/05/26/news-use-across-social-media-platforms-2016](http://www.journalism.org/2016/05/26/news-use-across-social-media-platforms-2016)>; Nic Newman et al., “Reuters Institute Digital News Report 2016”. Reuters Institute for the Study of Journalism. Disponível em: <<http://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/Digital-News-Report-2016.pdf>>.

8. Daniela V. Dimitrova et al., “The Effects of Digital Media on Political Knowledge and Participation in Election Campaigns: Evidence From Panel Data”. *Communication Research*, v. 41, n. 1 (fev. 2014), p. 95; Eytan Bakshy; Solomon Messing; Lada A. Adamic, “Exposure to Ideologically Diverse News and Opinion on Facebook”. *Science*, 5 jun. 2015, p. 1130; Cristian Vaccari et al., “Of Echo Chambers and Contrarian Clubs: Exposure to Political Disagreement Among German and Italian Users of Twitter”. *Social Media + Society*, v. 2, n. 3 (set. 2016), pp. 1-24.

9. Philip N. Howard, *The Digital Origins of Dictatorship and Democracy: Information Technology and Political Islam*. Nova York: Oxford University Press, 2010, pp. 5-8. Para interpretações alternativas, ver Evgeny Morozov, “Iran: Downside to the ‘Twitter Revolution’”. *Dissent*, v. 56, n. 4 (Fall 2009), pp. 10-14; e Sean Aday et al., “Blogs and Bullets: New Media in Contentious Politics”. U.S. Institute of Peace, set. 2010.

10. Robert M. Bond et al., “A 61-Million-Person Experiment in Social Influence and Political Mobilization”. *Nature*, v. 489, n. 7415 (set. 2012), pp. 295-98.

11. Sandra González-Bailón; Javier Borge-Holthoefer; Yamir Moreno, “Broadcasters and Hidden Influentials in Online Protest Diffusion”. *American*

*Behavioral Scientist*, v. 57, n. 7 (jul. 2013), pp. 943-65.

12. Pablo Barberá et al., “The Critical Periphery in the Growth of Social Protests”. *PLoS ONE*, v. 10, n. 11 (nov. 2015). Disponível em: <<http://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0143611>>.

13. Evgeny Morozov merece todo o crédito por ter observado, já em 2009, que “a maioria dos Estados autoritários está [...] explorando ansiosamente o ciberespaço para seus próprios fins estratégicos” (Evgeny Morozov, op. cit., p. 12). Ver também seu livro *The Net Delusion* (Nova York: *PublicAffairs*, 2012). Larry Diamond também considerou essa possibilidade, observando que “Estados autoritários como China, Bielorrússia e Irã, obtiveram (e compartilharam) capacidades técnicas impressionantes para filtrar e controlar a internet e para identificar e punir dissidentes. Democratas e autocratas agora competem pelo domínio dessas tecnologias. No fim das contas, entretanto, não será apenas a tecnologia, mas a organização e estratégia política e forças normativas, sociais e econômicas profundamente enraizadas que determinarão quem ‘vence’ a corrida”. Larry Diamond, op. cit., p. 70.

14. Esta seção se baseia em Margaret Roberts, *Censored: Distraction and Diversion Inside China's Great Firewall* (Princeton: Princeton University Press, 2018. No prelo). Ver também Sergey Sanovich; Denis Stukal; Joshua A. Tucker, “Turning the Virtual Tables: Government Strategies for Addressing Online Opposition with an Application to Russia”. *Comparative Politics* (2018, no prelo), para um método de classificação diferente, porém relacionado, baseado em respostas *offline*, limites no acesso a conteúdo online e engajamento com conteúdo online.

15. Committee to Protect Journalists, “2016 Prison Census: 259 Journalists Jailed Worldwide”. Disponível em: <<https://cpj.org/imprisoned/2016.php>>.

16. Em seu próximo livre sobre o Grande Firewall da China, Margaret Roberts argumenta que por essas razões, o medo é algo problemático para governos autoritários usarem online de maneira generalizada. Tais regimes normalmente preferem reservar táticas de medo para casos específicos, envolvendo jornalistas e membros influentes da sociedade.

17. Lotus Ruan; Jeffrey Knockel; Masashi Crete-Nishihata, “We (Can’t) Chat: ‘709 Crackdown’ Discussions Blocked on Weibo and WeChat”. *Citizen Lab*, 13 abr. 2017. Disponível em: <<https://citizenlab.ca/2017/04/we-cant-chat-709-crackdown-discussions-blockedon-weibo-and-wechat>>; Rebecca MacKinnon, “Liberation

Technology: China's Networked Authoritarianism". *Journal of Democracy*, v. 22, n. 2 (abr. 2011), pp. 32-46 [Ed. bras.: "O 'Autoritarismo em Rede'". *Journal of Democracy em Português*, v. 1, n. 1, 2012. Disponível em: <<http://www.plataformademocratica.org/publicacoes#JournalDemocracy>>]; David Bamman; Brendan O'Connor; Noah A. Smith, "Censorship and Deletion Practices in Chinese Social Media". *First Monday*, v. 17, n. 3 (mar. 2012). Disponível em: <<http://firstmonday.org/article/view/3943/3169>>; Gary King; Jennifer Pan; Margaret E. Roberts, "How Censorship in China Allows Government Criticism but Silences Collective Expression". *American Political Science Review*, v. 107, n. 2 (maio 2013), pp. 326-43; Gary King; Jennifer Pan; Margaret E. Roberts, "Reverse-Engineering Censorship in China: Randomized Experimentation and Participant Observation". *Science*, v. 345, n. 6.199, 22 ago. 2014; Sanovich et al., op. cit.

18. Peter Pomerantsev; Michael Weiss, *The Menace of Unreality: How the Kremlin Weaponizes Information, Culture and Money*. Relatório especial do The Interpreter, um projeto do Institute of Modern Russia. Nova York: Institute of Modern Russia, 2014; Rongbin Han, "Defending the Authoritarian Regime Online: China's 'Voluntary Fifty-cent Army'". *China Quarterly*, v. 224, n. 4 (dez. 2015), p. 1006; Gary King; Jennifer Pan; Margaret E. Roberts, "How the Chinese Government Fabricates Social Media Posts for Strategic Distraction, Not Engaged Argument". *American Political Science Review*, v. 111, n. 3 (ago. 2017), pp. 484-501; Blake Andrew Phillip Miller, "Automated Detection of Chinese Government Astroturfers Using Network and Social Metadata". Documento de trabalho compartilhado pelo autor, 2016.

19. Brendan I. Koerner, "Why ISIS Is Winning the Social Media War". *Wired*, abr. 2016. Disponível em: <[www.wired.com/2016/03/isis-winning-social-media-war-heres-beat](http://www.wired.com/2016/03/isis-winning-social-media-war-heres-beat)>; J.M. Berger, "How ISIS Games Twitter". *Atlantic*, 16 jun. 2014. Disponível em: <[www.theatlantic.com/international/archive/2014/06/isis-iraq-twitter-social-media-strategy/372856](http://www.theatlantic.com/international/archive/2014/06/isis-iraq-twitter-social-media-strategy/372856)>; ver também Alexandra Siegel; Joshua A. Tucker, "The Islamic State's Information Warfare: Measuring the Success of ISIS' Online Strategy". *Journal of Language and Politics*, 18 out. 2017 (online), que argumenta que, embora conteúdo pró-Estado Islâmico se dissemine globalmente e permaneça consistente, ele é muito menos prolífico do que o conteúdo contrário ao Estado Islâmico.

20. Marwick; Lewis, op. cit., p. 1.

21. Ver, por exemplo, Emily Tamkin, "French Intelligence Agency Braces for Russian Bots to Back Le Pen". *Foreign Policy*, 8 fev. 2017. Disponível em: <<http://>

foreignpolicy. com/2017/02/08/french-intelligence-agency-braces-for-russian-bots-to-back-le-pen>; Peter Stone; Greg Gordon, “FBI’s Russian-Influence Probe Includes a Look at Breitbart, InfoWars News Sites”. *McClatchy*, 20 mar. 2017. Disponível em: <www.mcclatchydc.com/news/politics-government/white-house/article139695453.html>; Emilio Ferrara et al., “The Rise of Social Bots”. *Communications of the ACM*, v. 59, n. 7 (jul. 2016), pp. 96-104.

22. Jennifer Stromer-Galley, *Presidential Campaigning in the Internet Age*. Oxford: Oxford University Press, 2014.

23. Yannis Theocharis et al., “A Bad Workman Blames His Tweets: The Consequences of Citizens’ Uncivil Twitter Use When Interacting With Party Candidates”. *Journal of Communication*, v. 66, n. 6 (dez. 2016), pp. 1007-31.

24. Ben Knight, “Pegida Head Lutz Bachmann Reinstated After Furore over Hitler Moustache Photo”. *Guardian*, 23 fev. 2015. Disponível em: <www.theguardian.com/world/2015/feb/23/pegida-head-lutz-bachmann-reinstated-hitler-moustache-photo>.

25. Adam Taylor, “Dutch Far Right Leader Geert Wilders Tweets a Fake Image of a Rival with a ‘Shariah for the Netherlands’ Sign”. *Washington Post*, 6 fev. 2017. Disponível em: <www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2017/02/06/dutch-far-right-leader-geert-wilders-tweets-a-fake-image-of-a-rival-with-a-shariah-for-the-netherlands-sign>.

26. “UK’s Rudd Says London Attackers Probably ‘Radical Islamist Terrorists’”. *Reuters*, 4 jun. 2017. Disponível em: <www.reuters.com/article/us-britain-security-rudd-idUSKBN18V0JC>.

27. Charles Riley, “Theresa May: Internet Must Be Regulated to Prevent Terrorism”. *CNN*, 4 jun. 2017. Disponível em: <http://money.cnn.com/2017/06/04/technology/social-media-terrorismextremism-london/index.html>.

28. “Germany Approves Plan to Fine Social Media Firms up to €50m”. *The Guardian*, 30 jun. 2017. Disponível em: <www.theguardian.com/media/2017/jun/30/germany-approves-plans-to-fine-social-media-firms-up-to-50m>.

29. Reporters Without Borders, “Russian Bill Is a Copy-and-Paste of Germany’s Hate Speech Law”. 19 jul. 2017. Disponível em: <https://rsf.org/en/news/russian-bill-copy-and-paste-germanys-hate-speech-law>.

30. Ver, por exemplo, a reação #CNNBlackmail após CNN ter identificado o autor de uma animação tuitada pelo presidente Trump que trazia cenas de uma luta profissional com Trump fisicamente atacando um oponente com o logo da CNN sobre seu rosto; p. ex., Paul Joseph Watson, “Did CNN just re-unite the alt-right & the new right in a common cause?”. *Twitter*, 5 jul. 2017. Disponível em: <<https://twitter.com/PrisonPlanet/status/882652805437304832>>.

31. Ver também o recente anúncio do Facebook sobre venda de anúncio para contas falsas ligadas à Rússia durante a campanha presidencial americana: <https://newsroom.fb.com/news/2017/09/information-operations-update>.

32. Matt Ratto; Megan Boler (Org.), *DIY Citizenship: Critical Making and Social Media*. Cambridge: MIT Press, 2014.



*Plataforma Democrática* ([www.plataformademocratica.org](http://www.plataformademocratica.org)) é uma iniciativa da Fundação FHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, por meio da produção de conhecimento e da promoção do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo. Realiza pesquisas e seminários para estimular o diálogo entre os produtores de conhecimentos e os diferentes atores sociais e políticos sobre temas da atualidade.

Plataforma Democrática oferece uma infraestrutura virtual com uma biblioteca de livre acesso que inclui milhares de textos sobre temas relacionados à democracia na América Latina e um banco de dados sobre instituições de pesquisa na região.

**As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:**

**Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:**

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#EstadoDemocracia>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#CambiosGeopoliticos>

**Meios de comunicação e Democracia:**

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#MediosComunicacion>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#EnsaioDemocracia>

**Sociedade civil e democracia:**

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#CohesionSocial>

**Bibliotecas virtuais:**

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/biblioteca>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/biblioteca-sociedade>

**Coleção Recursos de Pesquisa na Internet:**

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#RecursosPesquisa>